

Tocqueville: democracia e guerra

Martins Barrento

1. INTRODUÇÃO

Com a evidente demonstração de insucesso dos regimes comunistas, que aconteceu nas duas últimas décadas do nosso século, a ideia democrática ganhou um novo ímpeto, apenas comparável ao impulso do final do século XVIII e início do século XIX, na América do Norte e em França. Não obstante esta «revolução» do fim do século XX (alguns, raros, por saudosismo de 1917 designam-na por contra-revolução), que curiosamente teve a sua “Bastilha” no bicentenário da Revolução Francesa, com a queda do «Muro», continuamos a assistir a esse fenómeno quase endémico – a guerra – agora num quadro de maior incerteza e frustração, já que ela persiste em inflamar povos e regiões onde a violência estava contida e porque contraria a esperança de paz que o «aburguesamento» da sociedade e o conhecimento mais vulgarizado dos horrores da guerra tem vindo a instilar.

Por estas duas razões – reactivação da ideia democrática e persistência da guerra – julgamos de interesse revisitar o pensamento de Alexis de Tocqueville, porque ele se debruçou sobre a democracia e a guerra, apesar de esta última ter recebido na sua obra um tratamento discreto, sem a projecção que tiveram outros temas da sua valiosa construção social e filosófica. Com efeito, na esteira do pensamento de Locke, Montesquieu e Rousseau, o que é dominante na obra de Tocqueville é o seu apelo à ideia democrática e às instituições dela decorrentes; a sua preocupação e tentativa em conciliar a liberdade com a igualdade; e a quase premonição dos regimes totalitário e liberal praticados pelas duas superpotências do nosso século. Pela singularidade e profundidade do

tratamento destes importantes assuntos a sua obra é, de tempos a tempos, redescoberta, recebendo a admiração de politólogos e sociólogos. Ela inspirou, até, alguns autores que fizeram a denúncia das sociedades totalitárias, como se pode ler em Orwell e Camus.

Considerando que «De la Democratie en Amérique», na terceira parte do II volume, dedica quatro capítulos à evolução da instituição militar nas democracias e encerra com um outro, intitulado «QUELQUES CONSIDÉRATIONS SUR LA GUERRE DANS LES SOCIÉTÉS DÉMOCRATIQUES»; e porque o desmoronar do Império Soviético e o descrédito das democracias, ditas populares, tem tido evidentes consequências na expansão da ideia democrática e na própria conflitologia – pareceu-nos importante a releitura e reanálise daquelas páginas. Distanciados mais de século e meio do momento em que foram escritas, será interessante avaliar da sua justeza, dos desvios verificados, das esperanças frustradas, da modernidade ou obsolescência dos conceitos.

Como advertência prévia e medida cautelar devemos referir que a leitura de Tocqueville sobre esta matéria não é tarefa fácil, porque o Autor, ainda relativamente próximo da Revolução Francesa, utiliza uma dialéctica entre aristocracia e democracia a que falta o distanciamento temporal e afectivo tão necessário aos julgamentos frios e isentos; porque o sentimento e instituições democráticas que encontrou na América do Norte, quando em 1831 foi com Gustave de Beaumont estudar o sistema penitenciário americano, mereceram a sua reverente admiração; porque é patente o seu deslumbramento pelo volume e eficácia dos exércitos e da manobra militar de Napoleão, bem como a impressão deixada pela derrota do Império; porque utiliza com uma certa liberalidade as expressões «princípio da igualdade», «povos democráticos», «tempos de democracia», «sociedades democráticas» e «séculos democráticos», em que a ideia de democracia surge com um carácter ambivalente, ora para nos transmitir o sentimento de um povo e um estado da sociedade em que se pratica a igualdade de condições, ora para caracterizar formas de governo; e enfim, porque apesar de a sua preocupação em salvaguardar a liberdade o ter levado a analisar regimes «democráticos» que vão do liberal ao despótico, não ser clara nem evidente essa dualidade nas considerações que tece sobre a guerra.

Deve também fazer notar-se que o próprio Autor, parecendo frequentes vezes peremptório e definitivo nas suas observações, considerações e propostas, confessa as limitações do seu estudo em carta dirigida a Stuart Mill, em 1840, como se pode ler neste extracto: «*Mais en partant des notions que me fournissaient la société américaine et française, j'ai voulu peindre les traits généraux des sociétés démocratiques dont aucun complet modèle n'existe encore...*»(*).

2. CONSIDERAÇÕES

As considerações de Tocqueville sobre a influência da expansão do espírito democrático na guerra podem ser reunidas, sem esforço nem violência intelectual, em quatro conjuntos:

- Transformações no Homem
- Implicações no Poder
- Alterações nos exércitos
- Consequências nas operações militares e na guerra.

Esta sistematização facilita a abordagem que vamos fazer, por «arrumar» as reflexões que encontramos dispersas ao longo do texto em torno de quatro elementos fulcrais da análise de guerra: o homem, como actor ou espectador desse flagelo; a direcção política, como principal responsável pela decisão de utilizar ou de se abster do uso da violência organizada para a prossecução dos objectivos políticos; os exércitos, como agrupamento de meios humanos e materiais que a realizam; as operações militares e a guerra, porque são já a acção guerreira planeada ou em curso e parte do objectivo da nossa análise.

TRANSFORMAÇÕES NO HOMEM

Consciente da importância do homem para a guerra e do carácter sociológico deste fenómeno, o Autor é particularmente insistente nas alterações que nele se operam quando, em resultado do «princípio da igualdade», o homem vai tendendo para um figurino democrático.

(*) A parte sublinhada da transcrição é da iniciativa do autor.

Tocqueville refere que «A mesure que l'égalité se développant à la fois dans plusieurs pays, y pousse simultanément vers l'industrie et le commerce les hommes qui les habitent, non seulement leurs goûts se rassemblent, mais leurs intérêts se mêlent et s'enchevêtrent, de telle sorte qu'aucune nation ne peut infliger aux autres des maux qui ne retombent pas sur elle-même, et que toutes finissent par considérer la guerre comme une calamité presque aussi grande pour le vainqueur que pour le vaincu.»⁽¹⁾

Da leitura deste longo parágrafo constata-se que o Autor pretende, paralelamente com o desenvolvimento da indústria e do comércio (que acompanha a expansão da ideia democrática), que os homens se assemelham e os interesses se misturam, por tal forma, que a guerra é reconhecida por todos como uma catástrofe.

Repare-se que ele não aponta para que haja uma transformação interior dos homens, tendente a uma condenação moral da guerra, como pretendem outras encenações da paz; antes propõe uma postura inteligente e pragmática, com base na reciprocidade, que contém a condenação das destruições e miséria que a guerra comporta e que atingem simultaneamente vencedores e vencidos. E note-se, também, que ele ainda não poderia suspeitar do poder destruidor do bombardeamento aéreo e das armas nucleares, que o nosso século testemunhou, nem da virtualidade dos meios de comunicação para «mostrar» os seus efeitos devastadores...

Esta predisposição para a paz, segundo ele, resultaria da semelhança entre os homens e dos interesses comuns do comércio, mas também que «*cela ne viens pas uniquement de ce que les peuples ont le même état social, mais de ce que ce même état social est tel qu'il porte naturellement les hommes à s'imiter et à se confondre*»⁽²⁾.

Quanto às semelhanças entre os homens o Autor não esconde o seu deslumbramento pela sociedade que encontrou no continente americano – pedra angular «De la Démocratie en Amérique» – e que ele explica pela entrosagem da religião com o espírito de liberdade e pelo desaparecimento de castas e classes, facto que ainda não acontecera no

(1) A. Tocqueville, «De la démocratie en Amérique», Tome I, Gallimard, 8^{ème} édition, 1951, pag 287.

(2) Ibidem, pag 288.

continente europeu. Ao dizer «*Quand un peuple a un état social démocratique, c'est-à dire qu'il n'existe plus dans son sein de castes ni de classes*» ... «*Les hommes se rassemblent, et de plus ils souffrent, en quelque sorte, de ne pas se rassembler.*»⁽³⁾, deve notar-se a sua admiração por este facto, mas também que ele não poderia pressentir o que a revolução mediática da segunda metade do nosso século iria desencadear para a padronização dos costumes e dos gostos. Muito menos poderia adivinhar as reacções nacionalistas, religiosas e étnicas a essa acção igualizadora, fenómeno que é muitas vezes acompanhado por uma paixão que tem associada o gérmen da violência.

Sobre os interesses do comércio, que pela guerra seriam prejudicados, a ideia faz-nos vir à memória a construção de Clausewitz de as relações entre povos e unidades políticas serem como um «comércio de troca», em que se jogam interesses e se contabilizam ganhos e perdas, mas que nos momentos de desacordo profundo obrigam «ao pagamento em espécie» – o preço de sangue e os sacrifícios da guerra. Ou seja, o interesse dos povos pelo comércio levam Tocqueville a dizer que o homem democrático vai desistir da guerra; Clausewitz utiliza-o como imagem de relações, vendo na sua ruptura o aparecimento da guerra.

Com o saber hoje acumulado, mas que ainda não era acessível a nenhum dos pensadores, nós diríamos que quando os interesses vitais das unidades políticas não são reguláveis pela «permuta de bens» – de pressão, de persuasão, de compreensão e de atitudes moderadoras, a que poderemos chamar dissuasão, política externa e diplomacia – pode iniciar-se um «comércio de males», em que impera a violência. Isto é, a guerra tem elevada probabilidade de emergir.

Na continuação das ideias já expressas, Tocqueville indica, ainda, «*Lorsque le principe de l'égalité ne se développe pas seulement chez une nation, mais en même temps chez plusieurs peuples voisins*» ... «*ils redoutent également la guerre et conçoivent pour la paix en même amour*»⁽⁴⁾. E também nesta afirmação nada sugere que o amor à paz decorra de uma postura moral, antes parecendo resultar da universalidade da constatação dos inconvenientes da guerra, que nos anos 30 do

(3) Ibidem, Pag 288.

(4) Ibidem, Pag 287.

século XIX perduravam na memória dos europeus, como o Autor sublinha em nota de rodapé: «*La crainte que les peuples européens montrent de la guerre ne tient pas seulement au progrès qu'a fait chez eux l'égalité*» ... «*je citerai, avant toutes les autres, la lassitude extrême que les guerres de la Révolution et de l'Empire ont laissée.*»⁽⁵⁾

Tocqueville não crê que o avanço do bem-estar, resultante da expansão da igualdade seja a única razão do «amor pela paz», antes lembrando, com pleno fundamento, a lassidão produzida pela dimensão e intensidade do conflito em que as nações europeias estiveram envolvidas no período de 1790 a 1815.

Deve, porém, notar-se, que quando Tocqueville refere que a expansão da igualdade conduzindo ao desenvolvimento da indústria e do comércio leva o homem a amar a paz, estamos nas margens do pensamento comtiano de apologia do seu terceiro estado. Só que para Auguste Comte a tendência para a paz resulta do estado científico permitir a generalização do usufruto do bem-estar; Tocqueville sustenta que o desenvolvimento resulta da expansão da ideia igualitária. Isto é, aquele chega à igualdade de oportunidades, que vão conter as intenções belicosas, partindo do cientifismo; este parte da igualdade para chegar ao desenvolvimento, daí resultando a diminuição das intenções belicosas. Por outro lado, para Comte, a paz resulta de não ser necessária a violência para se obter aquilo que se necessita – uma maneira de ultrapassar o inferno malthusiano; para Tocqueville, mais prosaico, a paz visa não se perder o que já se adquiriu. Logo, ainda que a ideia de estarmos mais próximos da paz seja comum aos dois pensadores (com intensidades diferentes), a apreciação sobre os benefícios do desenvolvimento é desigual e os caminhos para se chegar à paz diferenciados.

Mas Tocqueville prossegue referindo que «*Les hommes qui vivent dans les pays démocratiques n'ont pas naturellement l'esprit militaire...*»⁽⁶⁾ o que suporta a suposição que «... *Il est difficile dans les siècles démocratiques d'entraîner les peuples à se combattre*»⁽⁷⁾. Não conseguimos saber o que o Autor entende por espírito militar, mas cremos que pretende referir a aptidão e vontade para pegar em armas,

(5) Idem.

(6) Ibidem, pag 291.

(7) Ibidem, pag 287.

já que posteriormente acrescenta que *«ils les prennent quelquesfois lorsqu'on les a entraînés malgré eux sur les champs de bataille, mais se lever en masse de soi-même et s'exposer volontairement aux misères de la guerre»* ... *«c'est un parti auquel l'homme des démocraties ne se résout point»*(⁸).

Para além das razões já indicadas de semelhança entre os povos, dos interesses comuns, do desejo de salvaguardar a indústria e o comércio e, ainda, a lassidão, Tocqueville liga o desaparecimento do espírito militar à seguinte situação: *«Le nombre toujours croissant des propriétaires amis de la paix, le développement de la richesse mobilière, que la guerre dévore si rapidement, cette mansuétude des mœurs, cette mollesse de coeur, cette disposition à la pitié que l'égalité inspire, cette froideur de raison qui rend peu sensible aux poétiques et violentes émotions qui naissent parmi les armes, toutes ces causes s'unissent pour éteindre l'esprit militaire.»*(⁹)

Acreditando que toda a fundamentação apresentada possa ter algum valor, os argumentos não nos parecem suficientemente pesados para sustentar as proposições sobre o desaparecimento do «espírito militar» e a dificuldade em levar os homens a combater. cremos, até, que o próprio Tocqueville compartilha esta nossa suspeita ao dizer que *«Ainsi, tandis que l'intérêt et les goûts écartent de la guerre les citoyens d'une démocratie, les habitudes de leur âme les préparent à la bien faire; ils deviennent aisément des bons soldats, dès qu'on a pu les arracher à leurs affaires et à leur bien-être»*(¹⁰) e quando, no capítulo XXII que trata do exército democrático, nos transmite a ideia da sua propensão belicosa, como teremos oportunidade de referir e comentar mais à frente.

Se Tocqueville manifestava – no desaparecimento do espírito militar – um desejo de paz para o futuro da humanidade, entendendo por «séculos democráticos» um mundo e um tempo globalmente democráticos, o que tem pleno cabimento numa corrente idealista, não podemos deixar de admirar o ideal; mas olhando-o no seu e no nosso tempo, como uma referência na sociologia e na filosofia política, teremos que mostrar a nossa decepção pela fragilidade de algumas destas proposi-

(⁸) Ibidem, pag 291.

(⁹) Ibidem, pag 270.

(¹⁰) Ibidem, pag 284.

ções. Quem são «les hommes» que Tocqueville aqui refere? São aqueles que «executam» a guerra e que agora, segundo ele, não querem pegar em armas? Ou serão os restantes que nela não participam, que constituem sempre a maioria, mas cujo apoio à guerra passaria a estar em causa? Ou serão os dirigentes políticos, primeiros e últimos responsáveis pelo emprego da «ultima ratio»? Ou os fazedores da opinião pública, que cada vez se revelam mais importantes para as decisões relacionadas com a guerra? Ou, simplesmente, os americanos, que ele notara não terem ameaças, situação que a guerra civil iria brevemente desmentir? Ficámos sem saber, mas uma análise actual destes mesmos «homens» obriga-nos a lamentar, no mínimo, as omissões sobre o valor da opinião pública e a importância do Poder.

Se as opiniões pública e «publicada» que tendem a condenar a guerra não são exclusivas das democracias, sabemos hoje como as massas são permeáveis e dúcteis aos meios de comunicação, podendo estes inflamar-lhes as intenções belicosas ou fixar-lhes a vontade pacifista. Não é por acaso que o nosso avisado D. Pedro V, poucos anos depois, classificou a opinião pública de «prostituta», apesar de a sua crítica se relacionar com a volubilidade com que ela corroía as instituições parlamentares⁽¹⁾. De qualquer forma, no nosso tempo, não é possível sabermos o que os homens desejam ou não desejam, sem equacionarmos a influência da opinião «publicada» na opinião pública (essa aparente expressão da vontade dos indivíduos).

Quanto à importância do Poder, mesmo que os governantes dos países democráticos não devam agir contra o sentir dos governados, não transpira do texto de Tocqueville a contemporânea análise de Clausewitz que sublinha a responsabilidade da direcção política na decisão e condução da guerra. Mas guardemos esta análise para o passo seguinte sobre as implicações no Poder.

AS IMPLICAÇÕES NO PODER

Quanto às implicações da democracia na atitude do Poder, no que se refere à guerra, Tocqueville diz-nos muito pouco, porque não tendo

⁽¹⁾ D. Pedro V, carta ao Marquês de Loulé, 1859.

assimilado a clara ideia clausewitziana da natureza subordinada da guerra como instrumento da política, são escassas, inconsequentes e de pequeno valor as alterações que sucedem com a mutação democrática.

Como ponto de partida e na tentativa de entender a sua ideia sobre o poder político, detivemo-nos em algumas frases que indiciam uma perspectiva de Poder, que oscila entre a noção vaga de ausência do Rei, numa soberania em que «*L'État c'est nous*», e uma tendência de centralização que pode levar ao despotismo («*J'ai montré que l'égalité suggérait aux hommes la pensée d'un gouvernement unique, uniforme et fort*»⁽¹²⁾). Mas note-se que seria um despotismo singular, porque «... *Si le despotisme venait à s'établir chez les nations démocratiques de nos jours, il aurait d'autres caractères: il serait plus étendu et plus doux, et il dégraderait les hommes sans les tourmenter*» ... «*Je ne crains pas qu'ils rencontrent dans leur chefs des tyrans, mais plutôt des tuteurs*»⁽¹³⁾).

Neste quadro de Poder pouco preciso e tendo por base o desejo da paz, que toca a generalidade dos «homens», ele refere que «*En vain l'ambition ou la colère arme les princes, une sorte d'apathie et de bienveillance universelle les apaise en dépit d'eux-mêmes et leur fait tomber l'épée des mains*»⁽¹⁴⁾. Não obstante a beleza da imagem, parece-nos que Tocqueville vê os detentores do Poder terem de agir de uma maneira pacífica, porque «en dépit d'eux-mêmes», a apatia e o bem-querer universais acalmam a sua ambição ou cólera. Para o Autor, portanto, aquilo que leva o Poder a utilizar o braço armado é a ambição ou a cólera, o que coloca o Poder, singularmente, à margem do sentir democrático e da racionalidade das decisões. Por outras palavras, os homens que exercem o Poder sobre os «homens democráticos», contrariamente a estes, não são tocados pelos desejos da paz, apenas a consentindo porque os «dirigidos» impedem ou limitam a sua predisposição para a guerra. A aceitarmos este raciocínio teremos logicamente que perguntar quem são, de onde surgem, como são escolhidos e porque são aceites estes «príncipes»? No limite, teremos mesmo que perguntar se ele está realmente a falar da democracia?

⁽¹²⁾ A. Tocqueville, «De la démocratie en Amérique». Tome I, Gallimard, 8^{ème} édition, 1951, pag 303.

⁽¹³⁾ Ibidem, pag 323.

⁽¹⁴⁾ Ibidem, pag 287.

Na continuação daquele seu pensamento o Autor recorre a Maquiavel, quando este indica «*qu'il est bien plus difficile de subjuguier un peuple qui a pour chefs un prince et des barons, qu'une nation qui est conduite par un prince et des esclaves*» e prossegue que «*il est très difficile à un grand peuple aristocratique de conquérir ses voisins et d'être conquis par eux*», mas «*Le contraire précisément se fait voir chez les nations démocratiques*»⁽¹⁵⁾.

Nesta citação e comentários Tocqueville é, no mínimo, controverso. Primeiro, porque trazendo à colação uma frase do «Príncipe» que tem por finalidade mostrar a superior capacidade de defesa de uma sociedade estruturada hierarquicamente, identifica a democracia com a tirania, o que apesar da sua ideia sobre a centralização do Poder não é fácil de digerir nem adequado ao pensamento de um apóstolo da liberdade; segundo, porque sem uma argumentação convincente conclui pela facilidade de conquistar e ser conquistado que existe nas nações democráticas; e, enfim, porque ao escrever «ses voisins» não nos esclarece se está a pensar na guerra num mundo homogêneo, ou em conflitos que possam surgir entre nações de sistemas diferentes.

Não feriria a nossa sensibilidade se a citação do «Príncipe» fosse, opostamente, para enaltecer o direito de cidadania e demonstrar o seu valor para a defesa; mas como o texto sugere apenas a existência de uma chefia tendencialmente despótica, surge a ideia, por ele frequentemente reiterada, de o Poder Político democrático poder estar acima e fora do sentir democrático dos cidadãos. Se a ideia não é original – já Rousseau confessava em carta a Mirabeau que se não fosse possível colocar a lei acima do homem, haveria que colocar o homem bem acima da lei e estabelecer um despotismo arbitrário (ou seja, passar da «austera democracia ao hobbismo mais perfeito»)⁽¹⁶⁾ – estranha-se o seu uso em Tocqueville, por sabermos também da sua preocupação e receio que a democracia, consoante a fruição da liberdade e por causa da igualdade, possa dar origem a um regime totalitário.

Com efeito, o receio do despotismo aparece, claramente, quando mostra a sua apreensão pelas desvantagens da guerra: «*La guerre ne*

⁽¹⁵⁾ Ibidem, pag 289.

⁽¹⁶⁾ Chevallier, J. J., «Les grandes oeuvres politiques de Machiavel à nos jours», Armand Colin, 1970, pag 130.

livre pas toujours les peuples démocratiques au gouvernement militaire; mais elle de peut manquer d'accroître immensément, chez ces peuples, les attributions du gouvernement civil; elle centralize presque forcément dans les mains de celui-ci la direction de tous les hommes et l'usage de toutes les choses. Si elle ne conduit pas tout à coup as despotisme par la violence, elle y amène doucement par les habitudes»(¹⁷).

Pelo teor das ideias que anteriormente reproduzimos e comentámos e do receio que o poder despótico «sufoque» a liberdade, somos levados a concluir que apesar da importância do pensamento de Tocqueville para a movimentação intelectual e revolucionária de 1848; para o debate posterior sobre a social democracia; e para os regimes das democracias «liberais» e «populares» do nosso século (que ele anteviu) – o seu texto não se abre aqui para essa dualidade. Ao procurarmos encontrar uma explicação para esta posição indefinida, somos tentados a dizer que o Autor ao pensar da guerra nos «tempos democráticos» não se consegue abstrair das direcções política e militar napoleónicas que muito o impressionaram e que sustentam muitas das suas ideias sobre a constituição dos exércitos e a condução das operações militares.

Quando Tocqueville indica que *«Il faut bien que les princes et les autres chefs des nations démocratiques se de rapellent: il n'y a que la passion et l'habitude de la liberté qui puissent lutter avec avantage contre l'habitude e la passion de bien-être. Je n'image rien de mieux préparé, em cas de revers, pour la conquête, qu'un peuple démocratique qui n'a pas d'institutions libres»*(¹⁸), julgamos estar ainda fixado na visão imperial, mas esta advertência traz-nos novas interrogações.

Pretenderia o Autor, com esta chamada de atenção aos dirigentes das nações democráticas, fazer a apologia da liberdade, que sendo mais forte que a paixão do bem-estar leva os povos a admitir os sacrifícios da guerra, funcionando como um antídoto do seu generalizado desejo de paz? Ou que um povo democrático é capaz de abdicar da sua liberdade para servir uma direcção despótica na guerra? Ou tudo isto não é mais do que uma condenação da guerra, excepto quando ela transporte a

(¹⁷) A. Tocqueville, «De la démocratie en Amérique», Tome I, Gallimard, 8^{ème} edition, 1951, pag 274.

(¹⁸) Ibidem, pag 290.

liberdade na ponta das baionetas? Ficámos, mais uma vez, pouco esclarecidos.

ALTERAÇÕES NOS EXÉRCITOS

Como resultado da revolução democrática Tocqueville menciona, também, algumas alterações e tendências que já se notam ou se irão verificar nos exércitos. Essas alterações e tendências são o valor equivalente de todos os combatentes; o crescimento dos exércitos à medida que o espírito militar se extingue; a importância da quantidade (do valor numérico) para a vitória; e as características, contradições e perigos dos exércitos democráticos.

Quanto à equivalência dos combatentes o Autor refere que *«Quand on pouvait enrôler sous les drapeaux une espèce de troupes supérieure à toutes les autres, comme l'infanterie suisse ou la chevalerie française du XVI siècle, on n'estimait pas avoir besoin de lever de très grosses armées, mais il n'en est plus ainsi quand tous les soldats se valent»*⁽¹⁹⁾. Ou seja, a qualidade foi substituída pela quantidade, porque agora todos os combatentes se equivalem, não sendo mais possível dispor-se de um corpo de tropas de valor superior.

Desconhecemos onde o Autor adquiriu estas ideias sobre «forças de elite», porque as unidades que menciona – infantaria suíça e cavalaria francesa – foram buscar a sua superior qualidade (que se notou nos campos de batalha de certo período histórico) a maiores cuidados nos âmbitos da organização, comando, treino, disciplina, moral, doutrina de emprego e aproveitamento dos meios e da tecnologia disponível. Se em certas épocas se evidenciarem determinados «corpos», o aparecimento da democracia não exige que um exército nacional seja perfeitamente homogêneo, não admitindo no seu seio a existência de unidades de elite e, muito menos, que unidades de exércitos diferentes tenham que ser iguais.

Quando o Autor diz *«Car, ainsi que je l'ai dit, quand tous les hommes sont semblables, ils sont tous faibles»*⁽²⁰⁾, mesmo que admita-

⁽¹⁹⁾ Ibidem, pag 288/290.

⁽²⁰⁾ Ibidem, pag 289.

mos que Tocqueville estaria correcto quando vê os homens assemelharem-se, devemos lembrar que as diferenças na formação e nos meios tecnológicos utilizados transformam homens inicialmente semelhantes em combatentes de valor desigual. Quanto à conclusão de serem «todos fracos», só o velho argumento «do amor à paz», que já contestamos, poderia justificar tal ideia.

Tocqueville liga ainda este problema – da inferior qualidade – à quantidade dos combatentes, quando diz que *«L'un des résultats de la révolution démocratique qui s'opère en Europe, est donc de faire prévaloir, sur tous les champs de bataille, la force numérique, et de contraindre toutes les petites nations à s'incorporer aux grandes, ou du moins à entrer dans la politique de ces dernières. La raison déterminante de la victoire étant le nombre, il en résulte que chaque peuple doit tendre de tous ses efforts à amener le plus d'hommes possible sur le champs de bataille.»*⁽²¹⁾ E também nesta passagem Tocqueville não consegue abstrair-se do Império, da chefia napoleónica e de uma visão galocêntrica do mundo.

A lei Jourdan sobre a conscrição, que a Revolução tornou possível, alterou totalmente os parâmetros de organização dos exércitos quanto à obtenção dos recursos humanos, o que não significa que a vitória tenha passado a pertencer à «força numérica». Primeiro, porque, como já notara Clausewitz, as forças morais têm tanto ou mais valor no campo de batalha que as forças materiais; segundo, porque não sendo o mesmo nível de tecnologia acessível a todos os exércitos, ao mesmo tempo, criam-se diferenciais de potencial de combate mais importantes que os obtidos pelo valor numérico das forças; terceiro, porque existem outros elementos importantes que o Autor não contabiliza, como a organização, a capacidade de comando e controlo e o nível de instrução.

Em termos conceptuais poderíamos aceitar o argumento da superioridade numérica da força, mas apenas quando fossem idênticos o moral dos combatentes, a tecnologia disponível, a capacidade de comando e controlo, a instrução individual e o treino das unidades, etc. Como a perfeita identidade de tais elementos é praticamente impossível, o valor numérico da força (a quantidade de combatentes e meios) surge

⁽²¹⁾ Ibidem, pag 288.

apenas como mais um factor dos potenciais estratégico e tático. Tendo sido sempre assim através dos tempos, isto torna-se mais evidente nos nossos dias, quando imaginamos um conflito (sem restrições de emprego de qualquer arma) entre dois exércitos, em que apenas um deles dispõe de meios nucleares. Qual o significado do número de combatentes nesse conflito?

Tocqueville vai ainda mais longe naquele seu raciocínio e ligando o valor numérico da força ao espírito militar diz-nos que «*Ces peuples (démocratiques), en même temps qu'ils sentent le désir d'appeler toute la population virile sous les armes, ont donc la faculté de l'y réunir: ce qui fait que, dans les siècles d'égalité, les armées semblent croître à mesure que l'esprit militaire s'éteint*»⁽²²⁾.

Este parágrafo não pode passar sem alguns reparos. Contrariamente ao que o Autor escreve, o que é de sublinhar como notável nesta mutação não é o «desejo» de chamar às armas a população viril, mas a possibilidade de o fazer. A igualdade do cidadão perante a lei faz surgir a universalidade do direito e do dever de defesa e a adopção desta medida permite a obtenção de um potencial humano muito superior àquele que se conseguia nos «tempos aristocráticos», quando o desaparecimento das obrigações feudais deu origem aos dispendiosos «exércitos do rei».

Quanto à segunda afirmação – os exércitos crescem à medida que o espírito militar se extingue - ela é coerente com a posição anteriormente assumida quanto ao «desaparecimento do espírito militar», pelo que não estranhamos a referência que «*La même cause (révolution démocratique) qui fait naître ce nouveau besoin (force numérique, parce que tous les hommes sont faibles) fournit aussi les moyens de le satisfaire*» (loi de la conscription)⁽²³⁾. Mas ao sublinhar o desaparecimento do espírito militar o Autor encobre a elevada combatividade dos soldados dos primeiros anos da República, da Convenção e do Império e as vitórias que eles obtiveram, para apenas se lembrar do fraco moral «des pauvres conscrits de 1812»⁽²⁴⁾. Isto é, nesta passagem ele vai buscar aos primeiros tempos pós-revolucionários a possibilidade da

⁽²²⁾ Ibidem, pag 289.

⁽²³⁾ Ibidem, pag 289; são nossas as referências entre parêntesis.

⁽²⁴⁾ Verso da letra de uma canção da época.

consciência e ao final do Império o cansaço da guerra; mas esquece o «élan» do exército republicano em Valmy e Jemmapes, o moral da «Grande Armée», a elevada combatividade da Guarda (até ao final, em Waterloo), o acréscimo de potencial obtido por uma artilharia móvel tornada tecnicamente possível por Gribeauval, a doutrina consistente e afinada de um Guibert, que só estava à espera de um Homem para a executar⁽²⁵⁾ – enfim, o génio de Napoleão.

Quanto às contradições e perigos dos exércitos democráticos, implícita ou explicitamente, Tocqueville sugere ou desenvolve os seguintes temas: designação dos exércitos, a sua constituição, o isolamento da sociedade e a função desestabilizadora dentro das democracias.

No que se refere à designação note-se que o Autor dedica todo o capítulo XXII àquilo que ele nomeia de «exércitos democráticos» e que são, no seu entendimento e muito correctamente, os exércitos das democracias. A expressão surge em oposição a «Exército do Rei», que frequentemente defendia os seus interesses pessoais, e diz-nos que os exércitos passaram a ser um instrumento da política da Nação, o que é significativamente diferente. Mas a simples aplicação do adjectivo democrático merece um apontamento da nossa parte, porque muitos outros, depois dele e mais recentemente, pensam que os exércitos democráticos serão aqueles que no seu funcionamento interno se regulam com as regras da democracia.

Com efeito, podendo existir no seio dos exércitos algumas práticas democráticas, como a eleição para certos órgãos de conselho (nomeadamente no âmbito da avaliação de desempenho de funções) e a extensão de outros direitos usufruídos pelos restantes cidadãos, os exércitos, pela essencialidade da sua missão e sacrifícios que podem ser exigidos aos seus membros, terão que continuar a ser uma instituição com uma hierarquia muito vincada, uma linha de autoridade clara e perfeitamente definida e regras de disciplina que conduzam, sem hesitações, à obediência e à eficácia. Por isso o processo decisório e a responsabilidade que a cada um pertence não são compatíveis com decisões maioritárias, divisões do poder e a expressão da diversidade de opiniões sobre as decisões tomadas.

(25) In, Guibert, «Essai Générale de Tactique».

No âmbito da constituição dos exércitos democráticos, Tocqueville elabora sobre o problema da quantidade e qualidade daqueles que abraçam a carreira das armas.

Quanto à quantidade, quando escreve que «... *Les hommes qui vivent dans les temps démocratiques ne choisissent guère la carrière militaire ... Les peuples démocratiques sont donc bientôt amenés à renoncer au recrutement volontaire, pour avoir recours à l'enrôlement forcé*»⁽²⁶⁾ ele reforça a imagem da necessidade da conscrição para satisfazer a «força numérica», assunto que anteriormente debatemos; mas diz-nos também, com grande simplicidade, que a conscrição é uma forma fácil (nós acrescentaríamos, lógica, justa e económica) de suprir a insuficiência de voluntários.

Quanto ao aspecto da qualidade o Autor refere «*Lorsque l'esprit militaire abandonne un peuple, la carrière militaire cesse aussitôt d'être honorée, et les hommes de guerre tombent au dernier rang des fonctionnaires publics. On les estime peu et on ne les comprend plus*» ... «*Ce ne sont plus les principaux citoyens qui entre dans l'armée, mais les moindres*»⁽²⁷⁾, para acrescentar, a seguir, que «*Dans la société démocratique, presque tous les citoyens ont des propriétés à conserver; mais les armées démocratiques sont conduites, en général, par des prolétaires.*»⁽²⁸⁾

Discordando do essencial destas frases – baixo posicionamento da carreira e valor das pessoas que a escolhem; pouca consideração que os militares merecem por parte dos seus concidadãos; e tratar-se de um fenómeno exclusivo das democracias – a diminuição de «vocações» e o universo mais limitado do recrutamento são problemas com que as democracias modernas se debatem. Por isso lamentamos que para além da conscrição, o Autor não sugira outras medidas para remediar as carências de quantidade e qualidade, tanto mais que ele, conscientemente, considera a guerra possível e os exércitos indispensáveis, quando nos diz que «*La guerre cependant est un accident auquel tous les peuples sont sujets, les peuples démocratiques aussi bien que les autres. Quel*

⁽²⁶⁾ A. Tocqueville, «De la démocratie en Amérique», Tome I, Gallimard, 8^{ème} édition, 1951, pag. 277.

⁽²⁷⁾ Ibidem, pag 272.

⁽²⁸⁾ Ibidem, pag 273.

que soit le goût que ces nations aient pour la paix, il faut bien qu'elles se tiennent prêtes à repousser la guerre, ou en d'autres termes, qu'elles aient une armée...»⁽²⁹⁾(*). Não deixa de ser curioso notar-se que ao qualificar a guerra como um «accident», ele somente acentua a importância do «acaso» da tríade clausewitziana, esquecendo os aspectos racional e volitivo que também a caracterizam.

De qualquer modo, a partir deste princípio de necessidade dos exércitos democráticos, daquele esboço da sua constituição e da sua ideia quanto aos homens que servem nas fileiras, Tocqueville critica a instituição militar e desemboca no seu isolamento: «*De plus, comme chez les peuples démocratiques*» ... «*Les citoyens les plus riches, les plus instruits, les plus capables, n'entre guère dans la carrière militaire, il arrive que l'armée, dans son ensemble, finit par faire une petite nation à part, où l'intelligence est moins étendue et les habitudes plus grossières que dans la grande. Or cette petite nation incivilisée possède les armes, et seule elle sait s'en servir.*»⁽³⁰⁾

Com esta visão negativista sobre os elementos que formam o exército (inaceitável por um poder político consciente da essencialidade da defesa) e tratando-se da instituição que tem o monopólio da violência armada, como ele cuidadosamente caracteriza no final do parágrafo, é lógico que o Autor aponte, mais à frente, as grandes contradições e perigos que dele emana.

Elaborando sobre a possibilidade e dificuldade de ascensão aos postos superiores nos exércitos democráticos, indica que «... *le désir d'avancer est presque universel; il est ardent, tenace, continuel; il s'accroît de tous les autres désirs et ne s'éteint qu'avec la vie*» ... «*Le nombre des grades étant naturellement limité, le nombre des concurrents presque innombrable, et la loi inflexible de l'égalité pesant sur tous*» ... «*Tous les ambitieux que contient une armée démocratique souhaitent donc la guerre avec véhémence*»⁽³¹⁾. E mais uma vez o Autor usa como paradigma o exército do Império, em que alguns militares desejavam a guerra para ascenderem na carreira, não prevendo que «a divisão do trabalho» militar (também no sentido vertical, da hierarquia) exigindo

⁽²⁹⁾ Ibidem, pag 270.

⁽³⁰⁾ Ibidem, pag 273.

⁽³¹⁾ Ibidem, pag 272.

(*) A parte sublinhada da transcrição é da iniciativa do autor.

preparação e qualidades diferenciadas, funcione como um limitador de ambições e permita que as qualidades sejam demonstradas e avaliadas durante a formação de tempo de paz e não, necessariamente, na guerra. A avaliação poderá não ser tão correcta, mas se nos lembramos que na guerra, contrariando Darwin, muitos dos que morrem são melhores que aqueles que sobrevivem, também nesta a selecção para a ascensão nas carreiras está longe de ser perfeita.

Na continuação das considerações anteriores Tocqueville chega então ao grande paradoxo – *«De toutes les armées, celles que désirent le plus ardemment la guerre sont les armées démocratiques, et que, parmi les peuples, ceux qui aiment le plus la paix sont les peuples démocratiques; et ce qui achève de rendre la chose extraordinaire, c'est que l'égalité produit à la fois ces effects contraires.»*⁽³²⁾ Quanto a nós o paradoxo não existe, porque podendo haver alguns traços de verdade em toda a frase, nenhuma das premissas está completamente correcta.

Tocqueville, considerando que este aspecto belicoso dos exércitos democráticos não pode mudar, apresenta duas propostas com vista ao seu controlo e moderação, que as citações seguintes evidenciam.

«Je pense, pour ma part, qu'un esprit inquiet et turbulent est un mal inhérent à la constitution même des armées démocratiques, et qu'on doit renoncer à le guérir...», mas *«Lorsque les citoyens ont enfin appris à faire un paisible et utile usage de la liberté et ont senti ses bienfaits; quant ils ont contracté un amour viril de l'ordre et se sont pliés volontairement à la règle, ces mêmes citoyens, en entrant dans la carrière des armes, y apportent à leur insu et comme malgré eux, ces habitudes et ceux moeurs. L'esprit général de la nation, pénétrant dans l'esprit particulier de l'armée, tempère les opinions et les désirs que l'état militaire fait naître ou, par la force toute-puissant de l'opinion publique, il les comprime. Ayez des citoyens éclairés, réglés, formes et libres, et vous aurez des soldats disciplinés et obéissants.»*⁽³³⁾

Se por espírito inquieto e turbulento ele quer significar o desejo de fazer a guerra, como anteriormente referiu, esta proposta parece avisada. A consciência democrática dos elementos que neles servem e o

⁽³²⁾ Ibidem, pag 272.

⁽³³⁾ Ibidem, pag 275/276.

«espírito geral da Nação» (como diria Montesquieu) penetrará no exército, moderando os ímpetos guerreiros por forma a que a guerra seja feita, apenas, por decisão do poder político. Todavia, porque as decisões dentro do exército não são tomadas por maioria, mas pelos chefes militares (cremos que Tocqueville está de acordo), pensamos que ele continua a fixar a sua atenção e a dirigir o seu discurso pensando nos generais do exército imperial. Para tal bastará reter o que ele mencionou acerca da ambição dos quadros e recordarmos que Bernadotte só parou em rei da Suécia e Soutt em primeiro ministro da monarquia de Julho. Por isso, talvez, apesar daquela proposta mas duvidando da sua eficácia, termina este capítulo escrevendo que *«Après tout, et quoi qu'on fasse, une grande armée, au sein d'un peuple démocratique, sera toujours un grand péril; et le moyen les plus efficace de diminuer ce péril sera de réduire l'armée»*⁽¹⁴⁾, como se o «tamanho» de um exército seja algo que se decida não tendo em conta o que dele se pretende e que é a razão da sua existência, mas considerando aquilo que dele se receia.

Sendo natural não esperarmos de Tocqueville análises de um perito em organização e estratégia militar, temos que estranhar a superficialidade e até ingenuidade de algumas das suas proposições, que podendo em parte ser explicadas pela proximidade dos acontecimentos que o Autor tratou em «L'ancien régime et la révolution», essa mesma proximidade deveria ser garantia de uma mais correcta fundamentação.

CONSEQUÊNCIAS NAS OPERAÇÕES MILITARES E NA GUERRA

Nas considerações que faz sobre a guerra Tocqueville oscila entre o louvor – quase apologia – e a sua condenação, resultante dos perigos que poderão advir para a democracia. Acompanhemos, então, o seu raciocínio.

«Je ne veux point médire de la guerre; la guerre agrandit presque toujours la pensée d'un peuple et lui élève le coeur. Il y a des cas où seule elle peut arrêter le développement excessif de certains penchants que fait naturellement naître l'égalité, et où il faut la considérer comme

(14) Ibidem, pag 276.

nécessaire à certaines maladies invétérées auxquelles les sociétés démocratiques sont sujettes»⁽³⁵⁾.

O aspecto apologético liga-se, certamente, à guerra de libertação americana e às campanhas da república francesa, que conduziram à democracia. Se a estas ações iniciais de libertação e de defesa da república juntarmos, mais tarde, a «exportação» da ideia democrática para as «nações-irmãs» oprimidas, entende-se que a guerra *«agrandit... la pensée d'un peuple et lui élève le coeur»*. Mais difícil é aceitarmos o *«presque toujours»*, que só pode resultar de uma indução viciosa a partir destes dois casos, que apesar de não nomeados pelo Autor, deverão estar na base deste seu discurso.

Apresentando estas vantagens da guerra, alerta para os seus perigos quando diz que *«La guerre a de grands avantages; mais il ne faut pas se flatter»...* *«car l'armée souffre bien plus impatiemment la paix après avoir goûté de la guerre»*⁽³⁶⁾ e quando insiste na turbulência e desordem produzidas pelos exércitos democráticos: *«Il y a deux choses qu'un peuple démocratique aura toujours beaucoup de peine a faire: commencer la guerre et la finir»...* *«si la guerre satisfait l'armée, elle gêne et souvent désespère cette foule innombrable de cytoyens dont les petites passions ont, tous les jours, besoin de la paix pour se satisfaire. Elle risque donc de faite naître sous une autre forme le désordre qu'elle doit prévenir.»*⁽³⁷⁾

Jogando nestas vantagens e inconvenientes, mas visualizando uma progressiva evolução da sociedade democrática, é lógico que a primeira e grande consequência que aparece e domina todo o capítulo final seja a conclusão que, de futuro, a guerra será rara. Para defender esta afirmação Tocqueville argumenta com a semelhança entre os homens, os interesses comuns, o amor à paz e a apatia e o bem-querer dos dirigentes. Adverte, no entanto, *«mais lorsqu'elles naissent, elles ont un champ plus vaste»*⁽³⁸⁾, explicando melhor esta ideia quando refere que *«on entraît jadis en campagne avec peu de soldats, on livrait de petits combats e l'on faisait de longs sièges. Maintenant on livre de grands*

⁽³⁵⁾ Ibidem, pag 274.

⁽³⁶⁾ Ibidem, pag 274.

⁽³⁷⁾ Idem.

⁽³⁸⁾ Ibidem, pag 287.

batailles, et dès qu'on peut marcher librement devant soi, on court sur la capitale, afin de terminer la guerre d'un seul coup»⁽³⁹⁾.

Como vemos, Tocqueville avança agora para algumas considerações de ordem operacional, sendo ainda o exemplo de Napoleão (aqui invocado), que o guia nestas linhas: «*Napoléon a inventé, dit on, ce nouveau système*» ... «*La manière dont Napoléon a fait la guerre lui a été suggérée par l'état de la société de son temps, et elle lui a reussi parce qu'elle était merveilleusement appropriée à cet état et qu'il la mettait pour la première fois en usage. Napoléon est le premier qui ait parcouru à la tête d'une armée le chemin de toutes les capitales.*»⁽⁴⁰⁾

O principal conceito operacional contido nestas citações é a execução de grandes batalhas e a posterior conquista da capital, que não estando construído sobre o sólido e estruturado pensamento militar clausewitziano, se assemelha muito ao que vem no «Da Guerra», onde se preconiza a acção decisiva sobre o centro de gravidade do adversário. Clausewitz é, no entanto, mais cauteloso sobre a sequência das acções, por entender que são as condições políticas, operacionais e psicológicas que deverão ditar a prioridade do objectivo decisivo, apesar de sugerir que, na maioria dos casos, se neutralize previamente o aparelho de força adversário. Este conselho foi seguido fielmente pelo exército alemão no início da I Guerra Mundial e «salvou» Paris da ocupação, por não lhe ter sido possível passar à segunda fase.

Quando Tocqueville diz que «*la force militaire de l'Etat étant réduite par la destruction de son armée, et son pouvoir civil paralysé par la prise de sa capitale, le reste ne forme plus qu'une multitude sans règle et sans force...*»⁽⁴¹⁾, ele exprime três ideias: a importância das forças inimigas; a destruição destas seguida da conquista da capital; e a consumação da vitória depois de atingidos estes dois objectivos.

Quanto à importância das forças surge-nos a dúvida de não sabermos porque têm esse valor. Se se trata de países democráticos e como o Autor preconiza o amor pela paz dos cidadãos e a extinção do espírito militar, será realmente necessário destruí-las? Ou Tocqueville acredita

⁽³⁹⁾ Ibidem, pag 290.

⁽⁴⁰⁾ Ibidem, pag 290/291.

⁽⁴¹⁾ Ibidem, pag 289.

que não obstante a diminuição do espírito militar é de temer a vontade guerreira dos exércitos democráticos?

A segunda dúvida é sobre as prioridades e novamente não estamos esclarecidos se os países em luta são de sistemas distintos, ou ambos do sistema democrático. É que se o adversário não for um país democrático, de acordo com pressupostos por ele invocados, dificilmente se vê o valor do seu exército face ao numeroso exército democrático; se o adversário for um país democrático e porque para o Autor «*Il n'y a de fort dans un pays démocratique que l'Etat*»⁽⁴²⁾, podemos interrogar-nos se o objectivo estratégico prioritário não deva ser a capital. Aliás, se a capital tiver esta importância é natural que o adversário a defenda interpondo o seu exército, o que obriga a destruí-lo previamente.

Porém, sobre estes aspectos Tocqueville é omissivo e sempre que o vemos nomear os países democráticos desconhecemos de que democracia se trata, parecendo também subjacente que eles estão empenhados, unicamente, em acções ofensivas – nunca defensivas. Lembrando o marechal Foch (Raymond Aron disse que ele se esqueceu de ler o livro VI do «Da Guerra», sobre a defensiva) e o princípio doutrinário (ou «slogan», não sei bem), de que «só a ofensiva conduz à vitória», parece estarmos face a uma «fixação» francesa, que só iria terminar com a posição radicalmente inversa que caracterizou a «*drôle de guerre*» do início da II Guerra Mundial.

O terceiro ponto é que atingidos os dois objectivos não há mais resistência, conforme se deduz da expressão «*multitude sans règle et sans force*». Temos que sublinhar que Clausewitz leu com outros olhos e com maior visão a função do irregular ibérico nas campanhas napoleónicas na Península Ibérica ...

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

ELEMENTOS DE UMA ANÁLISE ACTUAL

Tocqueville «sentiu» que o alastramento da ideia e das instituições democráticas iria ter consequências na guerra, mas contrariamente ao que sucede com outros pilares do seu pensamento e por razões circuns-

(42) Ibidem, pag 289.

tanciais ou conceptuais, não conseguiu nesta importante matéria ancorar aquele sentimento em fundamentos sólidos, claros e de valor intemporal. Quando se afirma que «*aujourd'hui encore les observations de Tocqueville n'ont rien perdu de leur importance*»⁽⁴³⁾, não creio que a frase seja aplicável a estes cinco capítulos sobre o exército e a guerra.

As razões circunstanciais ligam-se ao estreito horizonte temporal dos acontecimentos que ele poderia analisar – à juventude da nação americana e das experiências democráticas europeias; à proximidade dos acontecimentos vividos pela França pós-revolucionária e as repercussões que tiveram em toda a Europa; ao deslumbramento pelo génio de Napoleão no Consulado e no Império; à surpresa e admiração pelas instituições democráticas que foi encontrar na América do Norte. Por estas razões faltava-lhe o conhecimento de uma experiência democrática credível e o distanciamento daqueles factos, condições necessárias para que as análises apareçam despidas de paixão; para que se corrijam «erros de paralaxe» e as visualizações do devir deixem de ser aquilo que se deseja que aconteça; e para que se não confunda o acontecimento com a norma, já que o futuro será, normalmente, aquilo que tem uma razoável probabilidade de acontecer.

As razões conceptuais, em parte resultantes de se tratar de uma área de conhecimento pouco íntima da formação do Autor, são a impossibilidade de imaginar o desenvolvimento exponencial da tecnologia, dos arsenais militares, do poder de penetração da comunicação social; a evolução lenta da democracia e a difícil previsão do sistema de relações internacionais, em que coabitam entidades políticas democráticas com outras que o não são, podendo as próprias democracias ser dissemelhantes; a forma pouco metódica como foram tratados os principais protagonistas da guerra – o poder político e a população – e a reduzida importância que deu ao Poder nesta matéria; e a inexistência de modelos de exércitos democráticos que permitissem discorrer, com alguma segurança, sobre as suas virtudes e defeitos.

As razões a que chamámos circunstanciais ajudam-nos a entender melhor o seu pensamento e a «desculpar» certas interpretações menos correctas; as razões a que chamámos conceptuais vão-nos permitir, com

⁽⁴³⁾ *Ibidem*, nas notas à edição por ele dirigida – J.P. Mayer.

a vantagem de 160 anos de distância, apresentar elementos de análise mais actualizados.

Apesar deste século e meio que nos separa do aparecimento da Obra, tão cheio de acontecimentos que parece ter havido uma «aceleração na História», continuamos como Tocqueville a não dispor de uma base científica, nem de uma metodologia segura, para avaliar as consequências da democracia na guerra. Os caminhos que percorre a democracia, com obstáculos e dúvidas, continuam a ser um tactear permanente de soluções, ajustamentos e projectos; a polemologia, sofrendo do mal da sua juventude, tem-se remetido a uma atitude cautelosa de composição da sua «base de dados» pelo folheamento da História e exploração da estatística. Por estas razões ainda não estão acessíveis as respostas a muitas das nossas dúvidas, mantendo-se apenas, como certeza, a dolorosa e insistente continuação da guerra.

Fazendo o «progresso» parte do discurso de Tocqueville e tendo, inclusivamente, originado algumas curiosas reflexões, não era possível imaginar, na primeira metade do século XIX, o que iria suceder com o desenvolvimento exponencial da tecnologia. Lembrando as grandes mutações refira-se o acentuado crescimento industrial, o desenvolvimento dos meios e formas de comunicação e o aproveitamento das energias fósseis e nuclear.

O desenvolvimento industrial associado à investigação originou, por um lado, uma crescente produção de bens muito variados que vão respondendo às necessidades de uma sociedade que se foi tornando insaciável no consumo; por outro, criou quantidades astronómicas de armamentos altamente letais, que satisfizeram as várias corridas armamentistas a que assistimos. Esta situação alterou significativamente a qualidade de vida das pessoas, na paz, e a «quantidade de morte» de combatentes e populações, na guerra.

A vida mais facilitada e um maior usufruto do bem-estar em tempo de paz; bem como a guerra mais destrutiva e mortífera, atingindo mesmo as estruturas de vida, de desenvolvimento e as populações civis – aumentaram o contraste entre a paz e a guerra, o que torna a paz mais apetecida, tanto nas democracias como fora delas.

O aperfeiçoamento dos meios e processos de comunicação – com destaque para os alcances que cobrem todo o Orbe, para o encurtamento

do tempo que decorre entre o acontecimento e o seu conhecimento público e para a realidade das imagens que deixaram de ser imaginadas para passarem a ser vistas – fez ascender os homens à condição de «espectadores do mundo» e colocou em evidência as vantagens da paz e os horrores da guerra. Por esta razão eles podem ser um veículo do entendimento entre os povos e um moderador das posições belicistas; mas, dando a conhecer o escândalo dos contrastes entre o mundo desenvolvido e aquele que não atinge esse patamar, são magníficas caixas de ressonância para a «intolerância» e «agressividade», sementes de violência de que se alimentam todas as guerras.

A contribuição das energias fósseis e nuclear para o desenvolvimento industrial e dos transportes reduziu a distância física entre os homens; aumentou o fosso entre os países ricos e os subdesenvolvidos (que não são capazes de incorporar energia no processo de produção); e originou a «arma absoluta» que, com o seu enorme poder destrutivo, permitiu a dissuasão e nos ofereceu 50 anos de Grande Paz (melhor, de não Grande Guerra), apesar de ter continuado a suceder a pequena guerra.

Encontramos, pois, no desenvolvimento, elementos que propiciam a moderação das atitudes bélicas, mas também outros que tendem para a confrontação, tais como as diferenças do seu usufruto, a dualidade da comunicação social, a disponibilidade dos armamentos. De qualquer forma, não havendo uma ligação unívoca entre desenvolvimento e democracia, porque aquele pode suceder independentemente do sistema político adoptado, fica por provar, neste mundo heterogéneo e de níveis de desenvolvimento manifestamente desiguais, a relação directa da democracia com a paz que Tocqueville entusiasmado anuncia e apregoa.

O segundo reparo que fazemos às concepções de Tocqueville coloca-se na situação internacional que ele sugere, quando dá a entender que poderia estar para breve o aparecimento de um mundo democrático. Se já foram dados alguns passos no sentido da generalização da democracia, sabemos como esse caminhar tem sido lento, não sendo previsível que nas próximas décadas se passe de um mundo composto por um conjunto heterogéneo de regiões políticas, para um sistema internacional homogéneo democrático. Além disso e como ele previa, mesmo que ao tratar da guerra não tenha levado até às últimas conse-

quências esse raciocínio, não existe um único tipo de poder democrático.

Ao pensarmos na guerra no cenário heterogéneo de regimes políticos, não podemos equacionar apenas os conflitos que surgem entre as «nações democráticas», mas também aqueles que sucedem entre estas e as nações que praticam outro sistema político. Se for verdade a diminuição do *tonus* de beligerância entre democracias, tal não significa que num confronto com uma unidade política de sistema diferente o comportamento das democracias seja idêntico, tanto mais que a guerra é um fim abrupto do diálogo – neste caso entre unidades políticas de «linguagem» diferente.

Como terceira observação às concepções de Tocqueville vamos discorrer sobre a função dos principais intervenientes na guerra – a população e o poder político. Recordemos, então, como ela surge. A guerra acontece quando «alguém» defende a ideia (ou a aceita) de que a violência armada é a melhor forma (ou a única) de resolver um determinado diferendo e se passa da potência ao acto. Este alguém ou é uma população em consonância com o poder político que a dirige; ou uma população cuja determinação conduz o poder político a aderir ao seu projecto; ou um poder político que conseguiu o consentimento ou adesão da população. Ou seja, não é possível fazer a guerra sem que o poder político e a população «concordem» em empreender a violência armada com todos os sacrifícios, humanos e materiais, que isso comporta.

Em relação à população, a sua posição face à guerra não é muitas vezes explicável através de argumentos racionais. As «pulsões belicosas» têm uma base emocional, resultando de estados psicológicos colectivos ligados à emergência de sentimentos de honra, solidariedade, desespero, frustração e vingança, que afastam ou calam a razão⁽⁴⁴⁾. Pode assim surgir a ideia de que nada – nem mesmo a guerra – será pior do que a situação que se vive, o que faz com que ela se torne, simultaneamente, desejada e inevitável. Não é por acaso que Clausewitz considera a população, com as suas paixões, como o primeiro elemento da sua definição trinitária.

⁽⁴⁴⁾ Isto não fere a interessante teoria de António Damásio em «O erro de Descartes». Estamos a falar da «racionalidade» e «irracionalidade» de posições colectivas.

Mas ainda relativamente à população deve notar-se que a vivência democrática desenvolve nos cidadãos hábitos de diálogo e tolerância que dificultam o consenso sobre posições radicais, como é o caso de se recorrer à guerra. Para que após um debate democrático alargado essa posição seja mantida torna-se necessário, sob o ponto de vista racional, que haja uma ideia muito consistente e generalizada do interesse vital da disputa; das evidentes vantagens da guerra sobre os sacrifícios a ela inerentes e que normalmente se liga a uma perspectiva de curto tempo da sua necessidade; da demonstração de estarem esgotadas todas as outras vias de resolução do diferendo.

Da dialéctica entre a razão e a paixão ou sai uma postura de dominante emocional, que não tem uma relação directa com o tipo de regime político; ou uma postura de dominante racional, em que a democracia pode ter desempenhado uma função moderadora. Nada mais do que isso.

Quanto ao poder político – normalmente mais ligado à «razão» devido à sua responsabilidade na defesa dos interesses vitais do Estado e do bem-estar das populações – ter-se-á que equacionar o modelo de Poder que se pratica, porque nem todos os regimes têm idênticas percepções sobre a guerra e porque apesar da «*débâcle*» das democracias, ditas populares, continuam a existir democracias de tipo diferente.

Os poderes políticos não democráticos e as democracias que privilegiando a igualdade tutelam a liberdade têm normalmente um pendor despótico ou totalitário. Usufruem de uma grande liberdade de acção para decidir sobre a guerra e têm menores escrúpulos em fazer com que a opinião popular se conforme com as suas decisões. As democracias que privilegiam a liberdade, ainda que não seja impossível decidirem a guerra sem o apoio generalizado da população, têm em maior consideração as aspirações populares.

A partir deste raciocínio estamos agora em condições de concluir que consideramos de certo modo válida a opinião de Tocqueville de que haverá uma maior tendência para a solução pacífica dos conflitos nas democracias, mas apenas se estivermos a pensar em democracias de poder político liberal. Nas outras, não só não identificamos aquela tendência, como podemos até encontrar uma certa predisposição para enveredar pelas aventuras guerreiras, porque estão menos abertas para

CONCLUSÕES

Sumariando o que julgamos ser os pontos fundamentais do discurso e as principais omissões de Alexis de Tocqueville sobre a democracia e a guerra, apresentamos as seguintes conclusões:

- Ao contrário do que uma primeira leitura pode sugerir, não estamos em «De la démocratie en Amérique» perante um pacifismo utópico resultante de um «universo» democrata, como sucede com as utopias cristã e marxista; mas, sem um pendor escatológico, Tocqueville (pedagogo da democracia) acaba por propor ou sugerir, de facto e não sem algumas contradições, que tendencialmente a guerra irá sendo cada vez mais rara.
- A análise da posição do Homem perante a guerra – preocupação de todos os séculos dada a sua importância para a decisão de a ela recorrer e para a constituição e moral dos exércitos – é uma consequência lógica de o Autor reconhecer que a aplicação do «princípio da igualdade» e a democracia originam transformações profundas na sociedade; mas Tocqueville não deu a devida projecção e valor à «racionalidade» da decisão política, nem à irracionalidade das «pulsões belicosas» no momento de gestação da guerra.
- Ao contrário de outros pensadores não surge em Tocqueville o debate da guerra justa e não justa, que através dos tempos tem sido uma preocupação das direcções políticas, quer ela se alicerce na religião como na *respublica christiana*, num fundamento de necessidade como em Maquiavel, ou em princípios do direito internacional como hoje se pretende; mas a menos que a guerra seja «justa» quando vise a aplicação da universalidade da democracia, ideia que o texto de Tocqueville veladamente aflora (e tem sido utilizada no nosso tempo, mais ou menos enfeitada com outros argumentos) o que é dominante no seu texto é ele pragmaticamente considerar que a guerra, por destrutiva, não é do agrado do «homo democraticus».
- Em «De la démocratie en Amérique» Tocqueville aponta para algumas alterações que se registam ou se irão verificar nas relações entre Estados como consequência do posicionamento das demo-

- cracias perante a guerra; mas o Autor não encara o problema de a guerra ser, na maior parte dos casos, um «jogo» entre unidades políticas que podem não ter as mesmas concepções e o mesmo respeito pelo Homem e pelas instituições, nem a mesma visão sobre a própria guerra.
- Tocqueville, no seu amor à liberdade e pela observação do desejo de bem-estar nas democracias, avança com a descoberta do desaparecimento do espírito militar; mas confundindo o que podem ser aspirações do homem democrático com a lassidão produzida pelo «mal-estar» da guerra, não se apercebe do perigo que ronda a liberdade e a democracia se o espírito militar desaparecer.
 - Tocqueville aponta, por vezes com razão, algumas características dos exércitos democráticos, com destaque para a baixa cotação e falta de honorabilidade daqueles que servem nas Forças Armadas; esquece-se, porém, de equacionar e chamar a atenção que aquilo que se defende nas democracias – o território, as pessoas, os bens e o próprio regime democrático – ficará altamente vulnerável se a função militar não estiver prestigiada e se faltar a vontade de defesa.
 - Tocqueville não define horizontes temporais para as suas proposições, referindo apenas a já no seu tempo notória evolução do desenvolvimento e, em abstracto e com sentido do dever, os «tempos democráticos»; mas porque a evolução do pensamento e sistemas políticos é muito mais lenta que o desenvolvimento científico e tecnológico, esta «déalage» permite o «armamento» dos povos não democráticos, o que é uma evidente ameaça para as democracias.
 - A «tolerância» que se treina e pratica nas democracias e a maior aptidão para o respeito pelo «outro» podem ser elementos que facilitem o regular pacífico dos conflitos; mas porque para garantir a paz se tem, por vezes, que fazer a guerra, a tolerância não deverá significar que os intolerantes consigam, através da guerra e sobre a abulia das democracias, os seus intentos.
 - Se a vivência democrática e o debate de ideias profícuo que se pratica nas democracias tendem para que os conflitos se resolvam

de uma forma pacífica, um paralelo demissionismo da preparação e emprego da acção militar apresenta-se como uma das suas maiores vulnerabilidades, já que estas existem num mundo em que coabitam regimes democráticos com outros que o não são; se se pretende a segurança dos estados democráticos e que a ideia democrática subsista e se universalize, há que estar atento para este perigo e preservar o «capital» de força e de vontade que permitam fazer face às ameaças que se declarem.

- Finalmente, vale a pena ler as considerações que Alexis de Tocqueville produziu na primeira metade do século XIX sobre a democracia e a guerra, porque contém algumas pistas com interesse e porque somos obrigados a reflectir sobre as suas propostas para dele podermos discordar.

Martins Barrento